

A variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua portuguesa de tipo 4: um estudo preliminar dos critérios adotados

Diatopic variation in monolingual school dictionaries of Portuguese language type 4: a preliminary study of adopted criteria

Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves*
Khézia Cristina de Souza**

RESUMO

Este artigo insere-se no âmbito da Lexicografia e da Sociolinguística. Temos por objetivo refletir sobre o tratamento dado à variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4 por meio de uma análise comparada dos critérios lexicográficos adotados pelos autores dessas obras. Nosso *corpus* consta dos seguintes dicionários de tipo 4: *dicionário da língua Portuguesa* Evanildo Bechara (2011); *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011); *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e o *dicionário Houaiss conciso* (2011). Os resultados demonstram uma grande heterogeneidade e falta de rigor lexicográfico no tratamento desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia, Sociolinguística, dicionário escolar, variação diatópica.

Recebido em 8 de julho de 2020.

Aceito em 3 de dezembro de 2020.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.473>

* Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão, sheilacpgoncalves@outlook.com.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4796-0346>

** Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, kheziacristina@gmail.com

ABSTRACT

This article is inserted in the scope of Lexicography and Sociolinguistic. Our objective is to reflect on the treatment given to the diatopic variation in monolingual dictionaries of the Portuguese language of type 4 thru a compared analysis of the lexicographic criteria adopted by this works' authors. Our *corpus* has the following type 4 dictionaries: Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara (2011); Dicionário Unesp do Português Contemporâneo (2011); Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011) e o Dicionário Houaiss Conciso (2011). The results show a large heterogeneity and lack of lexicography accuracy when treating this phenomenon.

KEYWORDS: Lexicography, Sociolinguistic, school dictionary, diatopic variation.

Para início de conversa

Biderman (1984, p. 1) reconhece que “a antiguidade não produziu obras lexicográficas no sentido que hoje damos a esse termo”. Para a autora (BIDERMAN, 1984, p. 2), a verdadeira Lexicografia só teve início nos tempos modernos. A Lexicografia monolíngue surgiu e se desenvolveu no século XVII e foi sendo, aos poucos, aperfeiçoada ao que conhecemos hoje.

Antigamente, os trabalhos de teor vagamente lexicográficos eram os glossários produzidos pela escola grega e dos latinos que, na verdade, eram feitos por filólogos ou gramáticos que estavam “preocupados com a compreensão de textos literários anteriores, ou com a correção de ‘erros’ linguísticos” (BIDERMAN, 1984, p. 1).

A definição de dicionário, mesmo nos dias de hoje, é muito questionada. Segundo Coroa (2011, p.62), “o dicionário seria um acervo de nomes para ‘coisas’ do mundo” e, ainda segundo o autor, essa obra lexicográfica é “mais do que uma forma de nomear e classificar as coisas do mundo: é um apoio para a construção de nossa rede de conhecimentos linguísticos.” (COROA, 2011, p. 62).

Porto Dapena (2002) discute o conceito de dicionário e suas características. Para ele, essa obra possui uma “finalidade pedagógico-prática”¹, sendo caracterizada por uma obra que:

de fato, responde a necessidades específicas, a saber: resolver, em primeiro lugar, as dúvidas que acerca das palavras concretas podem ser apresentadas ao usuário da língua e, em segundo lugar, fazer com que essa resolução seja a mais rápida, eficaz e precisa possível (PORTO DAPENA, 2002, p. 35, tradução nossa).²

Atualmente, no Brasil, os dicionários fazem parte do material didático distribuído nas escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC). Além da avaliação e distribuição das obras, importantes publicações surgiram sobre esse tema, que contribuíram para dar mais notoriedade aos dicionários escolares no cenário brasileiro como ferramenta no contexto escolar.

No ano de 2012, um edital propôs a divisão dos dicionários que compõem o acervo escolar em 4 tipos, sendo cada um deles desenvolvido obedecendo a critérios específicos e direcionados para um determinado público-alvo, conforme a seguinte divisão:

Quadro 1: Distribuição dos acervos propostos pelo PNLD-MEC 2012

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de tipo 1	1º ano do ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes;Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.

1 “finalidad pedagógico-práctica” (PORTO DAPENA, 2002, p. 35).

2 El diccionario, efectivamente, responde a unas necesidades concretas, a saber: resolver, en primer lugar, las dudas que acerca de las palabras concretas puedan presentársele al usuario de la lengua, y, en segundo término, tratar de que esa resolución sea lo más rápida, eficaz y precisa posible (PORTO DAPENA, 2002, p. 35).

Dicionários de tipo 2	2º ao 5º ano do ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de tipo 3	6º ao 9º ano do ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino Fundamental.
Dicionários de tipo 4	1º ao 3º ano do ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; Proposta lexicográfica própria de dicionário padrão de uso escolar, porém adequada às demandas escolares do ensino Médio, inclusive o profissionalizante.

Fonte: Com direito à palavra: dicionários em sala de aula (BRASIL, 2012, p. 19)

A partir do exposto, selecionamos para compor o *corpus* deste trabalho os dicionários de tipo 4, ou seja, obras destinadas a alunos que cursam do 1º ao 3º anos do ensino Médio, inclusive o Profissionalizante, e que possuem um número mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 mil verbetes e proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão de uso escolar.

Nosso *corpus* consta dos seguintes dicionários de tipo 4: *dicionário da língua Portuguesa* Evanildo Bechara (2011); *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011); *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e o *dicionário Houaiss conciso* (2011).

Dessa forma, este artigo insere-se no âmbito da Lexicografia, entendida aqui como aquela que elabora dicionários de língua ou especiais (BARROS, 2004, p. 133) e da Sociolinguística, por propormos reflexões acerca da variação diatópica nos dicionários escolares. Faz-se necessário esclarecer que variação diatópica se refere à variação geográfica, como está descrito no conceito adotado por Alkmin (2012, p. 36): “a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)”.

Temos por objetivo refletir sobre o tratamento dado à variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4 por meio de uma análise comparada dos critérios lexicográficos adotados pelos autores dessas obras.

Desta forma, organizamos, assim, o presente artigo, que se divide em quatro partes, além desta introdução: na primeira parte, discutiremos sobre os aspectos relacionados às *marcas de uso e à variação diatópica* em dicionários escolares. Na segunda, apresentaremos os critérios de seleção adotados pelos autores para o registro da variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4; para, na terceira, apresentarmos nossas análises, seguidas das conclusões e referências bibliográficas.

1. Marcas de uso e variação diatópica: viés teórico

Microestrutura será entendida aqui como “a organização dos dados contidos no verbete, ou melhor, o programa de informações sobre a entrada disposto no verbete” (BARROS, 2004, p. 156) e é na composição da microestrutura de um dicionário que encontramos as denominadas marcas de uso.

Sobre as marcas de uso, Welker (2004) afirma que lidar com elas não é tarefa fácil. Além disso, sabemos que elas exercem uma função fundamental no dicionário, uma vez que são elas que restringem os usos que não seguem a norma padrão, dando a marcação de particularidades no âmbito social, geográfico, acadêmico, entre outros.

Garriga Escribano (2003) confirma essa afirmação. Para ele “as marcas são utilizadas para assinalar as restrições de uso de uma palavra. Sua presença nos dicionários é fundamental (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p.115)”³, enquanto Porto Dapena (2002, p. 250) cita que elas podem utilizar

3 “Las marcas se utilizan para señalar las restricciones de uso de una palabra. Su presencia en los diccionarios es fundamental” (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p. 115).

certos recursos gráficos, como, por exemplo, um tipo ou tamanho de letra em especial para marcar ou destacar uma palavra ou acepção diante das outras.

Já Fajardo (1996-1997, p. 32), afirma que elas cumprem uma função fundamental: “caracterizar um elemento léxico assinalando suas restrições e condições de uso e tem sua expressão no emprego de diferentes tipos de marcas.⁴ Ademais, as marcas de uso, não apenas cumprem um papel importante dentro de uma obra lexicográfica, elas também possuem várias divisões que, em muitos casos, abarcam grandes discussões dentro da Lexicografia.

Welker (2004), por exemplo, mostra a divisão das marcas sugerida por Hausmann (1989):

diacrônicas (por exemplo, antiquado, envelhecido, neologismo), diatópicas (aplicadas a acepções restritas a certas regiões ou países), diaintegrativas (usadas para assinalar estrangeirismos), diamediais (diferenciam entre as linguagens oral e escrita), diastráticas (por exemplo, chulo, familiar, coloquial, elevado), diatextuais (assinalam que o lexema – ou acepção – é restrito a determinado gênero textual; por exemplo, poético, literário, jornalístico), diatécnicas (informam que a acepção pertence a uma linguagem técnica, a um tecnoleto), diafrequentadas (em geral: raro, muito raro), diaevaluativas (mostram que o falante, ao usar o lexema, revela certa atitude; por exemplo, pejorativo, eufemismo), dianormativas (indicam que o uso de certa acepção – ou lexema – é errado pelas normas da língua padrão) (WELKER, 2004, p.131, grifos do autor).

Visão diferente toma Garriga Escribano (2003, p. 116) sobre essa separação. Para o referido autor, as marcas são divididas em: diacrônicas, diatópicas, diafásicas, diastráticas, diatécnicas e marcas de transição semântica.

Já Porto Dapena (2002, p. 251) se posiciona da seguinte forma:

4 “caracterizar a un elemento léxico seña lando sus restricciones y condiciones de uso y tiene su expresión en el empleo de distintos tipos de marcas” (FAJARDO, 1996-1997, p. 32).

E assim se fala, por exemplo, de marcas diacrônicas, diatópicas, técnicas, diafásicas, conotativas, etc. Mas uma classificação, a nosso modo de ver, mais abrangente seria baseada em critérios gramaticais, semânticos, diassistemáticos, de frequência e conotativos ou pragmáticos, o que daria, logicamente, lugar a outros tantos tipos de marcas.⁵

Especialmente sobre marcas que trabalham com a variação linguística em dicionários escolares, Pontes (2009) divide as marcas sociolinguísticas em:

em geral, as marcas definem-se sociolinguisticamente como (fam.) para familiar, (pop.) para popular, (lit.) para literária, (reg.) para regionalismo, (ch.) para chulo, (fig.) para figurado, entre outros. E, ainda, podem dizer respeito aos empregos especializados das palavras dentro das áreas técnico-científicas, registradas como med. (medicina), biol. (biologia), soc. (sociologia), gram. (gramática) (PONTES, 2009, p. 156).

Acerca da posição das marcas de uso ao longo do verbete, Welker (2004, p. 117) afirma que se houver apenas uma acepção, as marcas aparecem normalmente na cabeça do verbete. Caso existam várias acepções, uma ou mais marcas podem referir-se a todas elas, sendo assim, também, deverão aparecer na cabeça do verbete, mas, as marcas que pertencem a uma determinada acepção, devem aparecer no início da acepção que se trata.

De acordo com Pontes (2009, p. 154), elas “podem ocorrer abreviadas, posicionadas precedendo a definição, com a finalidade [...] de auxiliar o consulente, sobretudo na produção de seus textos e na aprendizagem de línguas estrangeiras”

5 “Y así se habla, por ejemplo, de marcas diacrónicas, diatópicas, técnicas, diafásicas, connotativas, etc. Pero una clasificación, a nuestro modo de ver, más abarcadora sería la basada a la vez en criterios gramaticales, semánticos, diassistemáticos, de frecuencia y connotativos o pragmáticos, los cuales darían, lógicamente, lugar a otros tantos tipos de marcas” (PORTO DAPENA, 2002, p. 251).

Justamente por essa abreviação, Garriga Escribano (2003, p. 115) comenta que a disposição tradicional do registro das marcas de uso são feitas por meio de abreviaturas, porém, de acordo com o autor, “alguns dicionários recentes deixaram de utilizar abreviaturas para algumas dessas marcas, pois muitas vezes as abreviaturas não eram interpretadas corretamente e a informação se perdia”⁶

Por outro lado, podemos afirmar que essas marcas são expressões naturais de uma língua, que sofre variação por diversos fatores, dentre eles sociais, culturais. Marcos Bagno, na apresentação do livro “Sociolinguística: uma introdução crítica” aborda que Calvet insistiu na necessidade de se construir uma ciência da linguagem em que o “social” fosse o objeto de estudo (BAGNO, 2002, p. 7).

Labov, por sua vez, cita que, por muito tempo, resistiu ao termo “sociolinguística”, pois subentende-se que haja uma teoria/prática linguística que não seja social (LABOV, 2008, p. 14).

Uma conferência sobre a Sociolinguística foi realizada em Los Angeles de 11 a 13 de maio de 1964 e a relação entre linguagem e sociedade passou a ter mais ênfase nos estudos linguísticos. Para Alkmim (2012, p. 32) a origem da Sociolinguística é interdisciplinar e buscava “articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural”. Nessa época, a autora (ALKMIM, 2012, p. 33) cita que:

Surgem, assim, pesquisas voltadas para as minorias linguísticas (imigrantes, porto-riquenhos, poloneses, italianos etc.), e para a questão do insucesso escolar de crianças oriundas de grupos sociais desfavorecidos (negros e imigrantes, particularmente).

De acordo com Alkmim (2012), a Sociolinguística tem como ponto de partida a comunidade linguística e seu objeto é “o estudo da língua falada,

6 “algunos diccionarios recientes han dejado de utilizar abreviaturas para algunas de estas marcas, pues a menudo las abreviaturas no eran interpretadas correctamente y la información se perdia” (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p. 116).

observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso” (ALKMIN, 2012, p. 31). William Labov (2008) comenta que a vida social deve ser levada em conta durante o entendimento de uma mudança linguística. Para o autor:

não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. [...] as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008, p. 21).

Para Faraco (2008, p. 31) não existe língua de um lado e variedade linguística de outro: a língua é o próprio conjunto dessas variedades. Portanto, ao estudar uma comunidade linguística, constatamos a existência de variações linguísticas, como mostra Alkmim (2012, p. 35):

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. [...] Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico.

É certo que todas as línguas carregam uma cultura de um povo e mudanças acontecem com o tempo. Em qualquer comunidade linguística é evidente a presença da variação. As variações são objeto da Sociolinguística e estão relacionadas a fatores como origem geográfica, idade, sexo, entre outros. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 175) a variação linguística é vista como um recurso para: “(a) ampliar a eficácia de sua comunicação e (b) marcar sua identidade social”.

No âmbito deste trabalho, adotaremos o conceito de Alkmim sobre a variação, que está dividido em dois princípios básicos: “a variação geográfica

(ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)” (ALKMIN, 2012, p. 36). As especificações dessas variações podem ser descritas como:

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. [...] A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade da fala. Nesse sentido, podemos apontar os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social: a) classe social; b) idade; c) sexo; d) situação ou contexto social. (ALKMIN, 2012, p. 36-37)

Nesse contexto, a variação diatópica se faz presente ao percebermos diferenças no léxico de uma região para outra. Por outro lado, a variação diastrática faz com que o falante mude sua fala de acordo com a situação e contexto que está inserido. Assim, ele fará uso da variedade linguística de acordo com sua região de origem, idade, sexo, escolaridade, classe social e outros aspectos.

Nos dicionários escolares, como afirmamos anteriormente, as variações linguísticas estão representadas pelas marcas de uso, que são especificadas na microestrutura dessas obras. Diante disso, é comum observarmos marcas de uso para variedades não padrão da língua Portuguesa, para particularidades da língua, como por exemplo, o meio social, regional e profissional, dentre outras. Passemos a seguir, aos critérios adotados pelos lexicógrafos e/ou dicionaristas no registro dessas marcas.

2. Critérios de seleção da variação diatópica em dicionários escolares de tipo 4

Nesta parte, apresentaremos os critérios de seleção do registro da variação diatópica em dicionários escolares de tipo 4. Iniciemos, a exposição desses critérios pelo *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua*

Portuguesa (2011) que expõe, logo na capa a quantidade de verbetes, 75.756 e locuções, 18.645 que possui. O organizador, Paulo Geiger também informa que a obra foi desenvolvida especialmente para alunos do 1º ao 3º anos do ensino Médio.

Na folha de rosto, o autor apresenta informações para professores e estudantes, como, por exemplo, o objetivo da obra, que é “contribuir para ampliar seus conhecimentos sobre a língua Portuguesa e trazer informações úteis sobre outras áreas de estudo” (GEIGER, 2011). Ainda na folha de rosto, finaliza declarando que o dicionário é “um valioso instrumento de apoio para a aprendizagem e descoberta de significados para a leitura” (GEIGER, 2011).

Após a folha de rosto, em que o autor exibe a ficha bibliográfica, o autor apresenta o prefácio e os textos intitulados “Proposta lexicográfica e princípios organizacionais”, “Ergonomia e acessibilidade: configurações estruturais e gráficas” e “Informações gramaticais, semânticas e enciclopédicas”.

É na seção “Como usar este dicionário” que o autor registra o que podemos encontrar ao longo da obra e, mais especificamente, no item 11. Indicação de contexto, os critérios que serão utilizados pelos autores ao longo da obra para o registro da variação diatópica:

A boa percepção do uso de um vocábulo em determinada acepção está, muitas vezes, ligada à identificação do contexto em que esse uso se verifica. Este dicionário abunda na localização desses contextos, divididos em três grandes grupos, em sua ordem hierárquica: 11a) regionalismo: indica quando a acepção é restrita a ou mais frequente determinada área geográfica (especialmente estados e regiões do Brasil, ou o Brasil, ou Portugal, ou outro país lusófono); 11b) nível de uso da língua: indica em que contexto (familiar, social, cronológico etc.) a acepção tem curso, como, por exemplo, se é assim usada no âmbito da família (Fam.), se é pouco usada (P.us.), se é de uso popular (Pop.), se é de uso pouco recomendável por ser chula (Tabu.) etc.; 11c) rubrica: indica em que área disciplinar, profissional, científica etc. o vocábulo tem tal acepção, como a astronomia, a física, a medicina, as artes plásticas etc. Todas essas indicações podem constar dentro de uma acepção, quando restritas a ela, ou no início do verbebo, quando se

referem a todas as acepções. São grafadas em abreviaturas, em itálico, com inicial maiúscula e seguidas de ponto. A lista das respectivas abreviaturas constam nas listas de rubricas e de usos e regionalismos, no fim deste texto de Como usar. (GEIGER, 2011, p. XI, grifos do autor).

Abaixo desses critérios, o dicionário apresenta o verbete “macaco” a fim de exemplificar como essas informações estão dispostas ao longo da obra. Podemos observar, na acepção de número 7, que a marcação “11a” diz respeito a variação da região “N.E.”, que consta no quadro de Regionalismos da obra para a região Nordeste.

Figura 1: verbete macaco

macaco (ma.ca.co) *sm.* **1 Zool.** Denominação comum aos primatas, com exceção do homem; **SÍMIO 2 Fig.** Quem macaqueia, quem imita ou arremeda, como alguns macacos (1) **3 Fig.** Indivíduo muito feio; grotesco, disforme **4 Náut.** Dispositivo us. para esticar e graduar a tensão de cabos e correntes fixos **5 N.E.** Alcunha do policial das antigas milícias estaduais; **MATA-CACHORRO 6 Mec.** Aparelho hidráulico, de parafuso ou cremalheira, acionável por meio de alavanca, pedal ou manivela, para levantar e sustentar provisoriamente objeto pesado (p.ex. automóvel, para trocar pneu) **7 N.E.** Ajudante de vaqueiro **8 N.E.** Paralelepípedo de granito para calçamento de ruas e estradas. **a. 9 Bras. Pej. Pop.** Diz-se do que ou quem é feio, desproporcional, simiesco **10 Bras. Pop.** Diz-se do que ou quem aborrece, entedia, é enfadonho **11 Bras. Pop.** Diz-se de quem ou o que é astuto, manhoso [F.: De or. duvidosa, prov. do banto *makako*.] + **Cada ~ no seu galho (provérbio) Pop.** Cada um na sua atribuição, no seu lugar, sem se meter no que não lhe diz respeito ou para o que não tem competência **Dar no ~ BA Tabu.** Masturbar-se (o homem) **Ir pentear ~ Bras.** Deixar de importunar, ir importunar em outro lugar ~ **velho 1 Bras.** Indivíduo experiente, que não se deixa enganar **2 Indivíduo esperô, ladino, astuto, matreiro, que sabe enganar os outros ~ velho não mete a mão em cumbuca (provérbio) Bras. Pop.** Quem é experiente não se deixa atrair por cilada, não é imprudente **Mandar pentear ~s Bras.** Mandar embora (para livrar-se de) alguém que está incomodando, inoportundando; mandar às favas (ver no verbete *fava*)

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa
(GEIGER, 2011, p. X)

Além disso, a obra expõe, na página XIII, uma lista para Abreviações usadas no dicionário. Nessa lista, mais precisamente no tópico Regionalismos, são apresentados os estados e regiões que a obra contempla:

Figura 2: Abreviações/Regionalismos

<i>AC</i>	Acre	<i>Espn.</i>	Espanholismo	<i>PI</i>	Piauí
<i>Açor.</i>	Açorianismo	<i>Gal.</i>	Galicismo	<i>PR</i>	Paraná
<i>Afr.</i>	Africanismo	<i>GO</i>	Goiás	<i>RJ</i>	Rio de Janeiro
<i>AL</i>	Alagoas	<i>Gui.</i>	Guineensismo	<i>RN</i>	Rio Grande do Norte
<i>AM</i>	Amazonas	<i>Lus.</i>	Lusitanismo	<i>RO</i>	Rondônia
<i>Amaz</i>	Amazônia	<i>MA</i>	Maranhão	<i>RR</i>	Roraima
<i>Angl.</i>	Anglicismo	<i>MG</i>	Minas Gerais	<i>RS</i>	Rio Grande do Sul
<i>Angol.</i>	Angolanismo	<i>Moç.</i>	Moçambiquismo	<i>S.</i>	Sul
<i>AP</i>	Amapá	<i>MS</i>	Mato Grosso do Sul	<i>SC</i>	Santa Catarina
<i>BA</i>	Bahia	<i>MT</i>	Mato Grosso	<i>SE</i>	Sergipe
<i>Bras.</i>	brasileirismo	<i>N.</i>	Norte	<i>S.E.</i>	Sudeste
<i>CE</i>	Ceará	<i>N.E.</i>	Nordeste	<i>S.O.</i>	Sudoeste
<i>C.O.</i>	Centro-Oeste	<i>N.O.</i>	Noroeste	<i>SP</i>	São Paulo
<i>Cver.</i>	Cabo-verdianismo	<i>O.</i>	Oeste	<i>ST e P</i>	São Tomé e Príncipe
<i>DF</i>	Distrito Federal	<i>PA</i>	Pará	<i>TO</i>	Tocantins
<i>E.</i>	Leste	<i>PB</i>	Paraíba		
<i>ES</i>	Espírito Santo	<i>PE</i>	Pernambuco		

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa (GEIGER, 2011, p. XIV)

Também pesquisamos nas páginas iniciais do *dicionário Houaiss conciso* (2011) como o autor trata a variação diatópica. A obra também apresenta na capa a quantidade de verbetes que possui, 41.243, e vem seguida de vários textos: “Sumário, Agradecimento, Chave de uso, Como é este dicionário, Quadros de transliteração, Abreviações, rubricas e sinais, História, domínio e variedade da Língua Portuguesa, dentre outros.”

Mas é no texto “Como é este dicionário” que o autor apresenta os critérios lexicográficos da obra. Mais especificamente no item 5.8 que o autor trata essa questão “5.8 Se determinada palavra, locução ou acepção é de emprego exclusivo no Brasil (dialetismo vocabular ou semântico) ou é uma variante brasileira de uma palavra da língua, esse dado é informado ao leitor por meio de um B:” (HOUAISS; VILLAR, 2011, XIII). Para exemplificar o texto acima, o seguinte exemplo foi apresentado pelo dicionário.

Figura 3: verbete “agito”

a.gi.to s.m. B infrm. **1** estado de agitação, de excitação **2** aglomeração ruidosa

Fonte: dicionário Houaiss conciso (HOUAISS; VILLAR, 2011, p. XIII)

Conforme o item 5.8, o *dicionário Houaiss conciso* (2011) informa que tratará a variação exclusiva do Brasil por meio de um “B”. No verbete acima, o “B” indica que “agito” é de uso do Brasil e “infrm”, conforme a lista de abreviaturas da obra, indica que é linguagem informal. Buscamos a lista de abreviações da obra.

No texto “Abreviações, rubricas e sinais”, o autor apresenta todas as abreviaturas utilizadas ao longo do dicionário, sem fazer separação sobre o que diz respeito aos regionalismos, rubrica, etimologia e outros termos. A lista de abreviações da obra consta de cinco páginas e inclui desde as classes gramaticais, as regiões do Brasil, bem como os diferentes domínios de especialidade.

O *dicionário UNESP do Português contemporâneo* (2011) possui um texto introdutório que se estende da página VII a X e contém informações sobre o critério das entradas, os homônimos, a pronúncia, entre outros. É nesse texto que o autor cita os critérios sobre variantes fonéticas e gráficas, variantes de baixa frequência, chulismos e vulgarismos. Especialmente sobre a variação diatópica, mais precisamente, esse texto informa: “Também se registraram os

regionalismos que se conseguiu identificar e os estrangeirismos” (BORBA, 2011, p. VIII).

Logo após a Introdução, o dicionário traz o texto Organização dos verbetes, que é encontrado na página XI. É nessa seção que o autor apresenta alguns verbetes, exemplificando como serão registrados alguns critérios. Nesse caso, retiramos o exemplo de variação “apinhoscar-se”, em que o autor explica tratar-se de um regionalismo do Rio Grande do Sul (Reg: RS):

Figura 4:

APINHOSCAR-SE a.pi.nhos.car-se Vt (C.de lugar) (Reg: RS) juntar-se, reunir-se: os tropeiros apinhoscaram-se no galpão.

Fonte: dicionário UNESP do Português contemporâneo (BORBA, 2011, p. XI)

Apesar de apresentar uma lista para símbolos e abreviaturas, não encontramos nenhuma informação relativa à variação diatópica no *dicionário UNESP do Português contemporâneo*.

O *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011), possui 51.210 entradas, contando com verbetes e locuções. Após a capa inicial, traz, como nas obras anteriores, o mesmo guia para professores e estudantes, o objetivo do dicionário e informações sobre o manuseio.

No texto intitulado “Guia de uso”, o autor traz o verbete “toada” para exemplificar como as marcas de usos são encontradas ao longo do verbete. Nesse caso, as marcas são “área do conhecimento”, “nível de linguagem” e “regionalismo”:

Figura 5: verbete “toada”

toada (to.a.da) **sf.** **1.** Mús. Cantiga de melodia simples, de fácil memorização. **2. Fig.** Ruído ou rumor indistinto, vago. **3.** AM PA Música cantada na festa do boi ♦ [Substv do fem. de toado.]

Fonte: dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 10)

É na acepção de número 3 que aparecem as marcas de “AM” e “PA”, referindo-se aos estados de Amazonas e Pará, conforme a lista de abreviaturas da obra que será apresentada posteriormente.

No texto “Especificações de contexto”, o autor apresenta os critérios lexicográficos que embasam a obra. Os critérios sobre a variação diatópica são apresentados no tópico de “contextos de uso”, em que o autor esclarece como tratará os regionalismos, o nível de linguagem e a área do conhecimento:

O esclarecimento de contextos de uso se dá em três áreas: 1) Regionalismo (Amaz, N.E., S., etc.) – indica a maior frequência de uso de uma acepção em determinada área geográfica. 2) Nível de linguagem (Pop., Pej., Joc., etc.) – indica a conotação ou circunstância em que a acepção é usada. 3) Área do conhecimento – as rubricas (Med., Fís., Ecol., etc.) especificam o assunto ou a área técnica em que a palavra possui aquela definição. Quando as especificações se aplicam a todas as acepções do verbete, vêm antes do número da primeira delas. As abreviações a que correspondem cada uma dessas especificações estão listadas mais adiante. (BECHARA, 2011, p. 12, grifos do autor)

Logo ao lado desse critério, o autor apresenta o mesmo verbete [toada] para esclarecer como os contextos de uso são apresentados ao longo do dicionário:

Figura 6: Verbetes “toada”

toada (to.a.da) **sf.** **1.** Mús. Cantiga de melodia simples, de fácil memorização. **2. Fig.** Ruído ou rumor indistinto, vago. **3.** AM PA Música cantada na festa do boi ♦ [Substv do fem. de toado.]

Fonte: dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 12)

Fomos pesquisar a lista de abreviaturas do *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011) a fim de verificar quais estados e regiões são contemplados pela obra. É na lista intitulada Regionalismos

que encontramos as abreviações. Apresentaremos abaixo o quadro de regionalismos da obra para, em seguida, apresentarmos nossa análise comparada desses critérios lexicográficos para tratar a variação diatópica nos dicionários que compõem o nosso *corpus*.

Figura 7: Quadro de Regionalismos

<i>AC</i>	Acre	<i>Gal.</i>	galicismo	<i>PI</i>	Piauí
<i>Afric.</i>	africanismo	<i>GO</i>	Goiás	<i>PR</i>	Paraná
<i>AL</i>	Alagoas			<i>RJ</i>	Rio de Janeiro
<i>AM</i>	Amazonas	<i>Lus.</i>	lusitanismo	<i>RN</i>	Rio Grande do Norte
<i>Amaz.</i>	Amazônia			<i>RO</i>	Rondônia
<i>AP</i>	Amapá	<i>MA</i>	Maranhão	<i>RR</i>	Roraima
		<i>MG</i>	Minas Gerais	<i>RS</i>	Rio Grande do Sul
<i>BA</i>	Bahia	<i>MS</i>	Mato Grosso do Sul		
<i>Bras.</i>	brasileirismo	<i>MT</i>	Mato Grosso	<i>S</i>	Sul
				<i>SC</i>	Santa Catarina
<i>CE</i>	Ceará	<i>N.</i>	Norte	<i>SE</i>	Serdipe
<i>C.O.</i>	Centro-Oeste	<i>N.E.</i>	Nordeste	<i>S.E.</i>	Sudeste
				<i>SP</i>	São Paulo
<i>DF</i>	Distrito Federal	<i>PA</i>	Pará	<i>TO</i>	Tocantins
		<i>PB</i>	Paraíba		
<i>ES</i>	Espírito Santo	<i>PE</i>	Pernambuco		

Fonte: dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 15)

3. Análise comparada dos critérios lexicográficos no registro da variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4

Esta seção aborda uma análise comparada dos critérios lexicográficos das obras que foram descritas nos subtópicos anteriores. Inicialmente, volvemos nosso olhar para a dificuldade de definir o que é

regionalismo/brasileirismo. Além disso, nem sempre é fácil registrar um brasileiro. Para nós, como mostramos em nossas discussões teóricas, fica evidente que chamaremos de “brasileirismo” quando se tratar de um vocábulo que se oponha ao português de Portugal e chamaremos de “regionalismo” o que se trata de um vocábulo característico de uma região ou estado brasileiro.

É preciso registrar que, sobre o tratamento dado a variação diatópica, o autor do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) afirma, na parte em que trata as variações, intitulada Indicação de contexto, que: “este dicionário abunda na localização desses contextos, divididos em três grandes grupos, em sua ordem hierárquica” (GEIGER, 2011, p. XI). Inicialmente, ele não deixa claro de que forma ele “abunda” na localização desses contextos, mas, o que nos levanta um questionamento nessa parte é a “ordem hierárquica” que o autor afirma tratar

Nessa “ordem hierárquica”, o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) inclui os regionalismos, o nível de uso da língua e a rubrica. Chamou-nos à atenção o uso da palavra “hierárquica”, que nos deu a entender (e poderia dar ao consulente) que há, nessa divisão, uma ordem estabelecida a partir de determinada subordinação. Fomos procurar como o dicionário entende o vocábulo “hierarquia”:

Figura 8: verbete “hierarquia”

hierarquia (hi.e.rar.qui.a) *sf.* **1** Ordem, graduação existente numa corporação qualquer, estabelecendo relações de subordinação entre os seus membros e diferentes graus de poderes e responsabilidades (hierarquia militar/eclesiástica) *sf.* **2** Qualquer classificação baseada nas relações de subordinação entre os membros de um grupo **3 Fig.** Classificação em ordem crescente ou decrescente, segundo a importância de pessoas ou coisas (hierarquia social; hierarquia de valores); ESCALA [F.: Do lat. tard. *hierarchia, ae.*] + ~ **militar** *Mil.* Estrutura de ordenação dos níveis de autoridade e comando nas forças armadas [Para a hierarquia militar brasileira, ver quadro na *achega* enciclopédica. □] Ordenação da autoridade, em diferentes níveis, dentro da estrutura das forças armadas. No Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica brasileiros existem hoje, respectivamente, os seguintes postos e graduações, aqui citados em ordem decrescente: marechal, almirante, marechal do ar (preenchidos apenas em épocas excepcionais); general de exército, almirante de esquadra, tenente-brigadeiro; general de divisão, vice-almirante, major-brigadeiro; general de brigada, contra-almirante, brigadeiro do ar; coronel, capitão de mar e guerra, coronel-aviador; tenente-coronel, capitão de fragata, tenente-coronel aviador; major, capitão de corveta, major-aviador; capitão, capitão-tenente, capitão-aviador; primeiro-tenente (nas três armas); segundo-tenente (nas três armas); aspirante a oficial, guarda-marinha, aspirante a oficial-aviador; subtenente, suboficial; primeiro-sargento (nas três armas); segundo-sargento (nas três armas); terceiro-sargento (nas três armas); cabo (nas três armas); soldado, marinheiro, soldado. No Exército do Brasil colonial e imperial, a hierarquia militar era a seguinte: marechal de exército; tenente-general; marechal de campo; brigadeiro, mestre de campo ou coronel; tenente-coronel; sargento-mor ou major; ajudante ou capitão; tenente; alferes; primeiro-cadete; segundo-cadete; primeiro-sargento; segundo-sargento; furriel; cabo de esquadra; anspeçada; soldado; e na Marinha de Guerra: almirante; vice-almirante; chefe de esquadra; chefe de divisão; capitão de mar e guerra; capitão de fragata; capitão-tenente; tenente do mar ou primeiro-tenente; segundo-tenente; guarda-marinha; aspirante; primeiro-sargento; segundo-sargento; quartel-mestre; cabo; marinheiro. Em Portugal, atualmente, existem, no Exército e na Aeronáutica, os postos seguintes: marechal, general, brigadeiro, coronel, tenente-coronel, major, capitão, tenente e alferes; e na Marinha de Guerra: almirante, vice-almirante, contra-almirante, comodoro, capitão de mar e guerra, capitão de fragata, capitão-tenente, primeiro-tenente, segundo-tenente, subtenente e guarda-marinha (equivalentes).

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa (GEIGER, 2011, p. 744)

O verbete “hierarquia” nas acepções 1, 2 e 3 dá a entender que existe uma classificação de acordo com a importância dos fatores, conforme as definições apresentadas: “ordem, graduação existente numa corporação qualquer”, “qualquer classificação baseada nas relações de subordinação entre os membros de um grupo” e “classificação em ordem crescente ou decrescente, segundo a importância de pessoas ou coisas”. Se o aluno/consulente tiver dúvida e procurar o significado, o verbete pode levá-lo a entender que existe uma classificação entre os critérios.

Além disso, acerca dos critérios sobre a variação diatópica expostos pelo *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011), o dicionário traz “regionalismo: indica quando a acepção é restrita a ou mais frequente determinada área geográfica”. Conforme vimos anteriormente na lista de regionalismos da obra, o *Novíssimo Aulete Dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) apresenta marca diatópica para brasileirismo, mas, na parte em que cita os critérios, não mostra isso para o consulente, portanto, ao longo do critério, o dicionário não deixa claro para o aluno que vai tratar de regionalismo e brasileirismo. Regionalismos, para o autor, é uma acepção que pode ser utilizada em estados, regiões e países.

No critério acima, o autor coloca como regionalismo uma marca que é utilizada em uma determinada área geográfica, mas, como mostra o quadro de regionalismos da obra, ele aborda todo o Brasil, ou seja, brasileirismo e outros países. Nosso questionamento é em relação a saber se o autor vai denominar todas as marcas de regionalismo e se, para ele, brasileirismo possui o mesmo significado de regionalismo.

No quadro de abreviaturas do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011), percebemos que esse dicionário trata de marcas nacionais, estados e regiões, mas, questionamos a presença de marcas como “açorianismo, africanismo, anglicismo, angolanismo, cabo-verdianismo, espanholismo, galicismo, guineensismo, lusitanismo, moçambiquismo e São Tomé e Príncipe” em um quadro intitulado de regionalismos, pois o autor não informa para o aluno do que se tratam

essas marcas de uso. Além disso, elas não deveriam constar na obra, pois é importante citarmos o primeiro critério de exclusão dos dicionários avaliados no PNLD/2012, que consta no Anexo 3 deste trabalho:

os dicionários devem privilegiar o português contemporâneo do Brasil [...]. Portanto, obras voltadas predominantemente para o léxico de outra variedade da língua portuguesa, ou mesmo escritas em outra variedade, serão excluídas do PNLD Dicionários 2012 (BRASIL, 2012, p. 93, grifos do autor).

Percebemos, então, que essas marcas não deveriam constar nesse tipo de obra, pois, de acordo com os critérios de exclusão, devem ser privilegiados apenas o português contemporâneo do Brasil. Contudo, os critérios para a variação diatópica do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) se tornam vagos e há uma importância do autor explicar, nas páginas iniciais do dicionário, quais marcas irá tratar e o que cada uma delas corresponde

O *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) aborda todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Aborda, também, as cinco regiões do Brasil e traz, ainda, regiões como Leste, Noroeste, Oeste e Sudoeste. Como não encontramos a marca de brasileiro nos critérios lexicográficos, fomos procurar ao longo do dicionário e encontramos o verbete “trem” para exemplificar que a obra não cita no critério, mas aborda o brasileiro:

Figura 09: verbete “trem”

trem *sm.* **1** Meio de transporte formado por vários vagões rebocados por uma locomotiva; COMBOIO **2** Conjunto de objetos transportados por um viajante; BAGAGEM **3** O conjunto de móveis de uma casa; MOBÍLIA; MOBILIÁRIO **4** *Bras.* O conjunto de utensílios de cozinha **5** Grupo de pessoas que acompanha outra(s) em viagens; COMITIVA; SÉQUITO **6** Conjunto de roupas de alguém; TRAJE; VESTUÁRIO **7** Veículo de quatro rodas, puxado por cavalos, us. para transportar pessoas; CARRUAGEM **8** Ritmo, velocidade, andamento: *o trem de uma competição.* **9** *MG GO TO Pop.* Qualquer objeto; COISA; TRECO **10** *MG GO TO Pop.* Indisposição física **11** *MG S Pej. Pop.* Pessoa ou coisa inútil [Pl.: *trens.*] **a2g2n.** **12** *MG S Pej. Pop.* Diz-se de pessoa ou coisa sem valor ou utilidade [F.: Do ing. *train.*]

Fonte: Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa
(GEIGER, 2011, p. 1360)

Como podemos observar no verbete acima, há, logo após o número da acepção, a marca diatópica antes da definição. Neste caso, as marcas aparecem nas acepções 4, 9, 10, 11 e 12. Na acepção 4, a marca presente é “Bras.” que, conforme a lista de regionalismos da obra, pertence a “brasileirismo” e tem como definição “conjunto dos utensílios de cozinha”. Na acepção 9, as marcas de regionalismo “MG”, “GO”, “TO”, indicam que o sentido de “qualquer objeto; coisa; treco” são marcas dos estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins. Esses três estados [“MG”, “GO” e “TO”] se repetem na acepção 10, em que a obra registra como “indisposição física”. Já na acepção 11, as marcas de “MG” e “S” indicam que a definição de “pessoa ou coisa inútil” pertence ao estado de Minas Gerais e a Região Sul do Brasil. As mesmas marcas estão, também, na acepção 12, que informa que “pessoa ou coisa sem valor ou utilidade” são usados em Minas Gerais e na Região Sul do país.

Já o *dicionário Houaiss conciso* (2011) informa, apenas “se determinada palavra, locução ou acepção é de emprego exclusivo no Brasil” ou se é uma “variante brasileira de uma palavra da língua” e traz esses casos por meio de um “B”. Nesse caso, o dicionário afirma que tratará de brasileirismos e não afirma que tratará de regionalismos, mas, como pudemos

observar na lista de abreviaturas, há sim o registro dos estados e algumas regiões, bem como “AC” para Acre, “B S.” para sul do Brasil, entre vários outros que foram especificados nas figuras de 10 a 15 do tópico 3.2.2.

Ainda no critério 5.8, não há informações sobre o tratamento dado às regiões e estados brasileiros, diferente do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) que cita regionalismos e não cita brasileirismos. Outro aspecto que diverge nesse dicionário é a lista de abreviaturas, pois o *dicionário Houaiss conciso* (2011) não apresenta uma lista exclusiva para as marcas diatópicas. Conforme pudemos verificar, o dicionário não faz a separação de categorias como classe gramatical, transitividade verbal, regionalismos, entre outros, dentro da lista de abreviaturas. O *dicionário Houaiss conciso* (2011) apresenta uma lista de cinco páginas para as abreviaturas, mas, como nosso trabalho está voltado para as marcas diatópicas, buscamos separá-las em uma lista:

Quadro 2: Lista de abreviaturas das variantes diatópicas

<i>AC</i>	Acre	<i>B S.</i>	sul do Brasil	<i>PA</i>	Pará
<i>afr.</i>	Africanismo	<i>B S.E.</i>	sudeste do Brasil	<i>PB</i>	Paraíba
<i>AL</i>	Alagoas	<i>B S.O.</i>	sudoeste do Brasil	<i>PE</i>	Pernambuco
<i>AM</i>	Amazonas	<i>CE</i>	Ceará	<i>PI</i>	Piauí
<i>AMAZ</i>	Amazônia	<i>ES</i>	Espírito Santo	<i>RJ</i>	Rio de Janeiro (estado)
<i>AP</i>	Amapá	<i>FN</i>	Fernando de Noronha	<i>RN</i>	Rio Grande do Norte
<i>B</i>	Brasil, Brasileirismo	<i>GO</i>	Goiás	<i>RO</i>	Rondônia
<i>BA</i>	Bahia	<i>hsp.-am.</i>	hispanico- americano (- ismo)	<i>RR</i>	Roraima

B C.- O.	centro-oeste do Brasil	MA	Maranhão	RS	Rio Grande do Sul
B E.	leste do Brasil	MG	Minas Gerais	SC	Santa Catarina
B N.	norte do Brasil	MS	Mato Grosso do Sul	SE	Sergipe
B N.E.	nordeste do Brasil	MT	Mato Grosso	SP	São Paulo (estado)
B N.O.	noroeste do Brasil	n.-am.	norte- americano (- ismo)	TO	Tocantins

Fonte: Houaiss; Villar (2011, p. XX-XXV)

Novamente, questionamos a inclusão de marcas como “africanismo, hispânicoamericanismo e norte-americanismo”, pois, de acordo com os critérios de exclusão do PNL Dicionários 2012, devem privilegiar apenas o português contemporâneo do Brasil.

Diferente do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011), o *dicionário Houaiss conciso* (2011) só cita “B” para brasileirismo e não cita todos os estados, pois Paraná não é citado na lista, não citando, também, o Distrito Federal. Outro aspecto que o difere do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) é a inclusão de Fernando de Noronha.

Como a obra só deixa claro que tratará de brasileirismo na parte dos critérios sobre a variação diatópica, selecionamos aleatoriamente o verbete “abadá” para exemplificar que os regionalismos constam no dicionário, portanto, deveriam constar no critério lexicográfico:

Figura 10: verbete “abadá”

a.ba.dá s.m. **1.** fantasia, ger. bata ou camiseta, vendida pelos blocos carnavalescos baianos aos seus integrantes **2** RJ vestimenta com que se joga capoeira [ETIM: segundo Cacciatore, do ior. agbada “vestido largo para homens, atingindo o tornozelo”]

Fonte: dicionário Houaiss conciso (HOUAISS; VILLAR, 2011, p. 1)

Na acepção 2 podemos perceber a abreviação “RJ”, indicando que é uma variação pertencente ao estado do Rio de Janeiro, ou seja, um regionalismo que significa “vestimenta com que se joga capoeira”

Já o *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011) não apresenta critérios claros e precisos sobre a variação diatópica, apenas relata que “registra os regionalismos que se conseguiu identificar”. Consideramos que seja uma informação que poderia gerar dificuldade ao aluno, pois, além de não detalhar o critério, a obra apresenta uma lista de abreviações, mas, nessa lista, não consta nada que seja referente aos regionalismos, nem mesmo o “brasileirismo”.

No critério lexicográfico, o autor apresenta um exemplo de “RS”, dando a entender que é referente ao estado do Rio Grande do Sul, mas não há uma lista para consulta desta abreviação. Julgamos, então, que sendo um dicionário de tipo 4, ou seja, desenvolvido para alunos do 1º ao 3º ano do ensino Fundamental, inclusive o Profissionalizante, esta obra apresenta um critério vago e poderia não solucionar as dúvidas do aluno/consulente, já que o conteúdo de variação diatópica costuma ser trabalhado nessa etapa de ensino e é cobrado pelo PNLD Dicionários 2012, como afirmamos anteriormente em nosso Capítulo 2.

Buscamos aleatoriamente um verbete com marca diatópica e encontramos em “boa”, que está transcrito a seguir:

Figura 11: verbete “boa”

BOA bo-a **Adj 1** feminino de bom **Sf 2** (*Coloq*) mulher de corpo bem feito e sensual: *Quem era aquela boa que estava com o Zeca no bar ontem?* **3** (*Reg: RJ – POP*) cachaça **4** (*Coloq*) situação difícil; encrenca: *Puxa, Nélio, você me salvou de uma boa. Escapei de boa.* [PI] **5** observação de caráter crítico ou de censura: *Quando eu encontrar Donato, ele vai ouvir umas boas.* **Interj 6** exclamação de aplauso ou aprovação; *Quando disse que poderiam sair com o carro, os dois gritaram: – Boa!* ► **às boas** voltar a um tratamento cordial: *Lauro voltou às boas comigo.* **numa b.** sem preocupação, tranquilamente: *Devemos discutir problemas de sexo numa boa com nossos filhos.* **essa é/foi (muito) b.** usada para expressar espanto ou admiração: *Ah! ah! Folgou o lombo e atirou a carga às costas dos outros... Essa é (muito) boa!*

Fonte: dicionário Unesp do Português contemporâneo (BORBA, 2011, p. 187)

No caso desse verbete, percebemos o regionalismo “RJ” na acepção 3, que demarca que é um termo variante do Rio de Janeiro no sentido de “cachaça”. Acreditamos que, no *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011), o caso dos regionalismos poderia ser mais explorado. Além disso, a falta de uma lista de abreviaturas para regionalismos na obra dificulta a consulta por parte do aluno ao tentar compreender melhor uma determinada variante.

Já o *dicionário da língua Portuguesa* Evanildo Bechara (2011) informa que “indica a maior frequência de uso de uma acepção em determinada área geográfica” e, além disso, apresenta uma lista de abreviaturas específicas para os regionalismos, assemelhando-se ao *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) nesse aspecto.

Ao longo do critério acima, o dicionário não deixa claro se tratará de brasileirismos e regionalismos, no entanto, a lista de abreviaturas da obra apresenta todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Questionamos, assim como no *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e no *dicionário Houaiss conciso* (2011) a presença de marcas como “galicismo, africanismo e lusitanismo” na obra, pois além do autor não explicar do que se trata, o dicionário só deveria privilegiar o

português contemporâneo do Brasil, deixando de lado tudo o que não faz parte disso. Pesquisamos um verbete de forma aleatória ao longo do dicionário para apresentar como a obra registra as marcas diatópicas:

Figura 12: verbete “vulcanizador”

vulcanizador (vul.ca.ni.za.dor) [ô] **adj.** **1.** Que produz vulcanização. **2.** Diz-se de operário especializado em vulcanização. **sm.** **3.** Operário vulcanizador. **4.** Bras. S. Borracheiro.
* [De vulcanizar + dor.]

Fonte: Verbetes do dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011, p. 1144)

Nesse caso, é mais especificamente na acepção de número 4 que o verbete “vulcanizador” recebe as marcas de “Bras.” e “S.”, no sentido de “borracheiro”, registrando que é “brasileirismo” e um regionalismo da região Sul do Brasil, conforme a lista de abreviaturas da obra.

Finalmente, o *dicionário Houaiss conciso* (2011) apesar de tratar dos critérios para a variação diatópica, apresenta uma lista de abreviaturas, mas todos os conteúdos são apresentados juntos, diferente do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e do *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011) que, conforme mostramos anteriormente, apresentam listas específicas para os regionalismos, facilitando a consulta. O *dicionário UNESP do português contemporâneo* (2011) foi o único dicionário que não apresentou marca diatópica na lista de abreviaturas.

Ressaltamos, ainda, que marcas que não fazem parte do território brasileiro não deveriam constar nas obras de tipo 4. Por esse motivo, até mesmo a marca de brasileiro é questionada, pois se essas obras priorizam o português do Brasil, não há, portanto, motivos para compará-lo ao português de Portugal.

Citamos, novamente, o questionamento feito por Biderman (2000, p. 44, grifo da autora): “para que classificar como brasileiro geral se a palavra

é usada em todo o Brasil? Só se justificaria se o dicionarista visasse também como consulentes a portugueses (ou europeus que aprendem o português na Europa)”. O que não é o caso, pois vale lembrar que os dicionários de tipo 4 são obras destinadas ao ensino Médio e o Profissionalizante.

Sabemos, ainda, que todas as informações trabalhadas nos dicionários têm a sua relevância, mas, fica evidente que há uma grande heterogeneidade de critérios para o mesmo assunto, além de se tornarem vagos, já que se tratam de obras destinadas ao mesmo público alvo.

Apontamos finais

Inicialmente, é importante retormarmos que nosso objetivo geral foi refletir sobre o tratamento dado à variação diatópica em dicionários escolares monolíngues de língua Portuguesa de tipo 4 por meio de uma análise comparada dos critérios lexicográficos adotados pelos autores dessas obras.

Dessa forma, verificamos que o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) apresentou critérios específicos para a variação diatópica, um exemplo e uma lista de abreviaturas para essas marcas. Ao longo do critério, não fica claro se serão abordados regionalismos e brasileirismos. Para o autor, regionalismo se trata de estados, regiões e países. A obra aborda todos os estados brasileiros e o DF, além das cinco regiões do Brasil e Leste, Noroeste, Oeste e Sudoeste.

Já o *dicionário Houaiss conciso* (2011), apesar de apresentar critérios para a variação diatópica e uma lista de abreviaturas, traz todos os conteúdos nessa mesma lista, ou seja, não aborda uma lista específica para os regionalismos, diferenciando-se do *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011) e do *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011). O *dicionário Houaiss conciso* (2011) cita, ao longo do critério, que tratará dos brasileirismos e não cita os regionalismos, porém, na lista de abreviaturas encontramos marcas de estados e regiões brasileiras, por exemplo. A obra não cita todos os estados e regiões,

pois Paraná e DF não estão na lista. Por outro lado, há a presença da marca “Fernando de Noronha”.

O *dicionário Unesp do Português contemporâneo* (2011) apresenta critérios para a variação diatópica e um exemplo com a marca de “RS”, dando a entender que se trata do estado Rio Grande do Sul, mas não apresenta uma lista de regionalismos. A obra traz uma lista de abreviaturas, entretanto, não consta nada sobre marca diatópica, nem mesmo o “brasileirismo”, sendo o único dicionário que não aborda os regionalismos em um quadro.

Por fim, o *dicionário da língua Portuguesa Evanildo Bechara* (2011) apresenta critérios para a variação diatópica, exemplo e lista de abreviaturas, assemelhando-se ao *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua Portuguesa* (2011). Ao longo do critério, a obra não deixa claro se tratará de brasileirismos e regionalismos, mas, em sua lista de regionalismos há a presença de todos os estados brasileiros e o DF.

Em nosso estudo comparado nas quatro obras de tipo 4, ou seja, os quatro dicionários que compõem o nosso *corpus*, questionamos a presença de marcas como “açorianismo, africanismo, anglicismo, angolanismo, cabo-verdianismo, espanholismo, galicismo, guineensismo, hispano-americanismo, lusitanismo, moçambiquismo, norte-americanismo e São Tomé e Príncipe”, porque os autores não informam do que se tratam essas marcas e, de acordo com o primeiro critério de exclusão dos dicionários avaliados no PNLD/2012, esse tipo de marca diatópica não deveria constar nos dicionários de tipo 4.

os dicionários *devem privilegiar o português contemporâneo do Brasil* [...]. Portanto, obras voltadas predominantemente para o léxico de outra variedade da língua portuguesa, ou mesmo escritas em outra variedade, serão excluídas do PNLD Dicionários 2012 (BRASIL, 2012, p. 93, grifos do autor).

De posse dessa informação, questionamos até mesmo a marca de brasileiro que se faz presente nas quatro obras, pois se elas priorizam o

português do Brasil não há motivos para compará-lo ao português de Portugal, uma vez que o público-alvo são alunos do ensino Médio e Profissionalizante.

Para nós, o registro da marca de brasileiro nos mostra um reflexo da colonização que ainda se faz presente em nosso país. A comparação entre variações linguísticas de Brasil e Portugal nos dicionários escolares, ou seja, a inclusão da marca de brasileiro como uma variante da língua Portuguesa, contrastando-se com a variante utilizada em Portugal, nos mostra que a colonização deixou de existir apenas em documentos e ainda se faz presente quando se trata de norma linguística, pois a norma brasileira é vista como uma variação de menos prestígio, tendo Portugal como padrão a ser seguido.

Por fim, consideramos que todas as informações nos dicionários têm a sua relevância, mas, fica evidente que há uma grande heterogeneidade de critérios para o mesmo assunto, além de se tornarem vagos, já que se tratam de obras destinadas ao mesmo público-alvo.

Considerando-se a importância da variação linguística em sala de aula, buscamos saber se esse conteúdo é abordado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê o conteúdo a ser ensinado na Educação Básica Brasileira. Encontramos, no eixo da Análise Linguística/Semiótica, como o documento aborda o ensino da variação linguística:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2016, p. 81).

Além disso, mais adiante, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda dois tópicos para o conteúdo que deve ser abordado sobre o tema. O primeiro deles é “conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas,

avaliando seus efeitos semânticos” (BRASIL, 2016, p. 83) e, o segundo, “discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica” (BRASIL, 2016, p. 83).

Diante do exposto, esperamos que a variação diatópica seja abordada com mais rigor nos próximos materiais escolares a serem elaborados e no nosso cotidiano, pois faz-se necessário o combate ao preconceito linguístico e, além disso, conhecendo novas variações ampliamos nosso conhecimento sobre a cultura do outro.

Referências Bibliográficas

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 1. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-50.
- BAGNO, Marcos. Apresentação. In: CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da lexicografia. **Alfa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-26. 1984.
- _____. Aurélio: sinônimo de dicionário?. **Alfa**, São Paulo, v. 44, p. 27-55, 2000.
- BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?:** sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Com direito à palavra: dicionários em sala de aula** [elaboração Egon Rangel]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: jan. 2020.
- COROA, Maria Luiza. Para que serve um dicionário. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia; BAGNO, Marcos. **Dicionários escolares: políticas, formas e usos.** São Paulo: Parábola, 2011.
- FAJARDO, Alejandro. Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica en la lexicografía española. **Revista de Lexicografía**, v. 3. 1996-1997.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GARRIGA ESCRIBANO. La microestrutura del diccionario: las informaciones lexicográficas. In: GUERRA, Antonia María Medina (Coord.). **Lexicografía española.** Ariel Linguística, 2003.
- GEIGER, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- HOUAISS, Antônio (org.); VILLAR, Mauro de Salles (ed. resp.). **Dicionário Houaiss Conciso.** São Paulo: Moderna, 2011.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para uso escolar**: o que é, como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica**. Arco/libros, 2002.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: Uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.